



Poder Legislativo de Maximiliano de Almeida

ATA DA SESSÃO – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 001/2026

21 DE JANEIRO DE 2026 - 19:00

Sim. boa noite a todos com satisfação, cumprimento os meus colegas vereadores, vereadora, funcionários desta Casa Legislativa e a todos que nos acompanharão através dos canais oficiais da Câmara de Vereadores, havendo o número legal de vereadores e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a primeira reunião extraordinária. da Câmara Municipal no ano de 2026. Ao iniciar, dispensaremos a leitura da ata da 24 reunião ordinária realizada no dia 17/12/2025, a qual já foi disponibilizada aos vereadores. Ata está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. está em votação. Quem concordar permaneça como está, quem não concordar, levante. Declaro aprovada por unanimidade de votos. Descansaremos também a leitura da ata da sétimo reunião extraordinária realizada no dia 23/12/2025, a qual já foi disponibilizada aos vereadores. Ata está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. Ata está em votação. Quem concordar permaneça como está quem não concordar, levante Declaro aprovada por unanimidade de votos. Nos termos do Regimento Interno, as sessões extraordinárias destinam se exclusivamente a deliberação das matérias constantes da convocação. Sendo assim, passamos a leitura das matérias. Requerimento número 012026 Vereadores da bancada do MDB solicito que a secretária realize a leitura. os vereadores da bancada do MDB, que subscrevem o presente requerimento no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem a autorização do Plenário para a viagem oficial a Brasília a ser utilizada pelo prazo de até 19 dias, contados a partir da aprovação deste requerimento, com a finalidade de realizar visitas a deputados federais e senadores. órgãos da administração federal, objetivando fortalecer o diálogo institucional, apresentar demandas do município e buscar recursos destinados a atender as necessidades locais. Data da viagem será posteriormente definida, ficando estabelecido que sua realização ocorrerá dentro do prazo estabelecido para viabilizar a participação. solicitam o custeio das passagens aéreas, o pagamento de diárias e o ressarcimento das despesas com transporte, táxi ou aplicativo durante o período da viagem. Diante do exposto, solicitam o apoio à aprovação dos nobres colegas para o presente requerimento da bancada do que a secretária a exposição. Senhor Presidente, Senhora e senhores vereadores a prasme cumprimentá-los é na oportunidade de encaminhar a esta co- colenda Casa Legislativa o incluso projeto de lei que revisa os vencimentos dos servidores municipais do Poder Executivo e Legislativo. De acordo com as disposições contidas no artigo 137, inciso 10 da Constituição Federal, o município deverá assegurar a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores para manter a atualização dos valores percentual concedido. a título de revisão é o máximo que se pode oferecer neste exercício, considerando os estudos e projeções sobre a receita e despesa e também considerando os limites impostos pela lei complementar número 101 de 2000. Dessa forma, solicitamos que o presente projeto de lei obtenha o trâmite adequado por essa Casa Legislativa em regime de urgência, mediante as disposições contidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento interno dessa Casa, resultando em sua aprovação na forma proposta atenciosamente André Fernando Zucunelli, prefeito municipal. projeto de lei número 22026 solicita que a secretária realize a leitura da exposição de motivos. Senhor Presidente, senhores vereadores. O presente projeto de lei tem por finalidade instituir a política municipal de Educação em tempo integral, no âmbito do sistema municipal de ensino de Maximiliano de Almeida, estabelecendo diretrizes, princípios e objetivos para a ampliação qualificada da jornada escolar, com foco na formação integral dos estudantes. A proposição fundamenta se nos preceitos da Constituição Federal. especialmente nos artigos 205 206, bem como na lei federal 939496 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação e na resolução número sete de 04/08/2025, que orientam os sistemas de ensino quanto a organização e implementação da educação em tempo integral. educação em tempo integral constitui uma política estratégica para o enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais, ao ampliar o tempo de permanência do estudante na escola de forma articulada a um projeto político pedagógico integrado que contemple as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, intelectual, física, emocional, social, cultural e ética nesse sentido. O projeto de lei define que a educação em tempo integral não se resume à mera ampliação da carga horária, mas pressupõe a reorganização curricular, a diversificação das práticas pedagógicas, a articulação entre componentes curriculares, projetos, oficinas e atividades culturais, esportivas e científicas, superando a fragmentação entre turno e contraturno. proposta também reafirma o compromisso com a gestão democrática, assegurando a participação dos profissionais da educação, das famílias, dos estudantes do Conselho Municipal de Educação e da comunidade local, bem como a articulação intersetorial com outras políticas públicas, como saúde, assistência social, cultura e esporte, reconhecendo que a formação integral dos estudantes demanda. ações integradas do poder público. Outro aspecto relevante do projeto de lei é a valorização dos profissionais da educação, prevendo formação continuada específica, condições adequadas de trabalho, organização da jornada compatível com a proposta pedagógica e observância da legislação vigente, reconhecendo o

papel central desses profissionais na efetiva ação da política. O texto legal ainda estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação contínua, com base em indicadores de acesso, permanência, aprendizagem e impactos pedagógicos e sociais, garantindo a adequação da política às diretrizes nacionais e às realidades locais. Por fim, a proposição autoriza o município a aderir. programas federais e estaduais de educação em tempo integral, possibilitando a captação de recursos e o fortalecimento das ações educacionais, em consonância com a legislação vigente. Diante do exposto, entende-se que o presente projeto de lei representa um avanço significativo para a educação municipal, contribuindo para a melhor. da qualidade do ensino, a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes de Maximiliano de Almeida. Assim, submetemos a presente matéria a apreciação dessa egregia Câmara Municipal, confiantes de sua aprovação, por se tratar de iniciativa de relevante interesse público e social, atenciosamente o prefeito municipal. projeto de lei número 032026 solicito que a secretária realize a leitura da exposição de motivos. presente projeto de lei visa autorizar o município de Maximiliano de Almeida a firmar convênio com a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para a delegação das atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural IT. Atualmente, o município recebe apenas 50% da arrecadação do referido imposto. Com a celebração do convênio, o percentual de repasse passa a ser de 100%, o que representa significativo incremento na receita municipal, sem aumento de carga tributária aos contribuintes, além do ganho financeiro, a municipalização da fiscalização do IT. possibilita maior eficiência e justiça social, considerando a proximidade do município com a realidade dos imóveis rurais, contribuindo para a correta apuração do tributo e o combate a eventuais distorções. Os recursos oriundos do ITR poderão ser aplicados em políticas públicas essenciais, especialmente. voltadas ao desenvolvimento rural, infraestrutura e manutenção de serviços públicos, fortalecendo a autonomia financeira do município. Diante do exposto, submetemos o presente projeto de lei a apreciação dos nobres vereadores, confiantes em sua aprovação por atender o interesse ao desenvolvimento local ao interesse público e ao desenvolvimento local. Atenciosamente o prefeito municipal. Passamos a ordem do dia. Requerimento número 012026 Vereadores da bancada do MDB requerem autorização do Plenário para a viagem oficial a Brasília Distrito Federal. O requerimento está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. Eu Vou passar a palavra aqui pro meu vice só para complementar referente a esse requerimento. Colegas vereadores, colega vereadora. Referente ao requerimento aqui de de viagem à Brasília. Não falou Desculpe não falou e o mau costume só disse de novo Desculpe não falou. que temos que trocar aqui a a configuração. A primeira sessão bom, colegas e vereadores a proposição aqui de requerimento a viagem a Brasília é no intuito novamente gerar uma economicidade essas viagens. Eu estive fazendo algumas cotações desde o mês de dezembro, né? E o valor das passagens só tem subido, né? Então, fazendo um comparativo aí de uma compra próxima à data. valores ultrapassam praticamente 100% do que a gente fazer a aquisição das passagens aí com antecedência. Tá Então Eu vou pedir também que as outras dois bancadas, caso tenham interesse de se deslocar até a Brasília esse ano nos comuniquem. A gente pode estar convocando +1 extraordinária ainda se for necessário esse mês ou já no início de fevereiro, para a gente também tá organizando aí o deslocamento de vocês com maior tranquilidade. Eu estarei propondo a alteração da resolução que fala sobre a autorização de viagem a Brasília, nada que prejudique a autonomia dos vereadores. Ela somente acrescenta que isso vai chegar o documento pra vocês aí, provavelmente semana que vem que a solicitação ela pode ser deliberada pela Mesa ou em Plenário. A decisão fica. critério do requerente se ele quer a deliberação pelo Plenário ou se ele quer pela Mesa Diretora. Então, a autonomia continua sendo da bancada, continua sendo do vereador, porque essa alteração, a gente sabe que por muitas vezes acaba surgindo aí uma demanda de última hora lá na capital, como foi o caso da 126, que os vereadores, tanto da bancada do PP quanto do PT, acabaram acompanhando o vice prefeito e foi. tudo meio que de última hora. A convoca extraordinária, vem para aprovar uma viagem. Então, se há possibilidade da deliberação da mesa e o vereador entender que pode ser assim, a gente já consegue deliberar, fazer a aquisição das passagens com antecedência também. E a Câmara economiza dinheiro, otimiza o tempo e os vereadores também otimizam o seu tempo, não sendo necessário convocar uma extraordinária para votar uma matéria de aprovação de viagem. chegar para vocês, vão ter a oportunidade de opinar, enfim, verificar e vai para a votação no Plenário. Só queria esclarecer essa situação para ficar também alinhado com todo mundo, como a gente pretende trabalhar no decorrer desse ano com as questões das viagens a Brasília, visto que esse ano é ano eleitoral, então acaba bagunçando todo o calendário. U deputados recebem antes, os outros deputados vão receber as bancadas até o final do prazo que for possível. Então. cada um vai se organizando da maneira que achar melhor. Eu só peço que nos comuniquem. Eu digo nós Mesa Diretora com antecedência para que a gente consiga organizar com tranquilidade o deslocamento de vocês. Muito obrigado. Recebo a presidência mais algum vereador deseja se manifestar a palavra Ismael importante. a Brasília por ser um ano importante, né? Esse ano é um, é um ano bem importante, né? Pela Questão eleitoral, né Então hoje é inclusive a gente foi foi ligado aqui na Câmara, mas já tinha fechado a questão já não tinha mais tempo hábil para pauta, né? Então seria a gente organizar mais de chamar +1 extraordinária para fazer. Isso precisa de um requerimento assinado pelos três vereadores, salvo engano para a questão de uma extraordinária e coloca a pauta informe as datas. Se já tem alinhado, a gente já consegue fazer a compra das passagens. aí a gente já consegue fazer que até na cotação que eu fiz, comprava a passagem aí pra nove vereadores, um servidor não passava de 10000 BRL só ali em

dezembro, né? Cotei esse mês já chega perto de cinco a seis. Passo Fundo só para quatro vereadores, mas o Chapecó já sai por 3000 BRL praticamente 1000 BRL por passagem. Então só pra gente conseguir se antecipar para ter essa economicidade que proporciona também futuramente mais viagens aí no interior ou na capital. Mais algum vereador deseja se manifestar. o requerimento está em votação. Quem concordar permaneça como está quem não concordar, levanta. Declaro aprovado por unanimidade de votos. Projeto de lei número 012026 concede reajuste dos vencimentos através de revisão geral anual e das outras providências. O projeto está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. O projeto está em votação. Quem concordar, permaneça como está, quem não concordar, levante. declaram aprovado por unanimidade de votos. Projeto de lei número 22026 institui a Política Municipal de Educação em tempo integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino Médio, de Maxxina de Almeida e de outras providências. Projeto está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. projeto está em votação. Quem concordar permaneça como está. Quem não concordar, levante. Declaro aprovado por unanimidade de votos. Projeto de lei número 032026 autoriza o município de Maxx de Almeida a firmar convênio com a União por intermédio da Secret. Especial da Receita Federal do Brasil para fins de fiscalização, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, o ITR e das outras providências. Projeto está em discussão. Algum vereador deseja se manifestar. Senhor presidente com a palavra vereador Ismael pelo que eu entendi, então agora agrega 100% pro município, né? É uma questão da dessa fiscalização totalmente ao município 100% do município do município. em cima da lei da lei federal. Isso da questão do percentual, não, até porque a questão da adequação, a Receita Federal já vem cobrando que os municípios façam essa adequação ou a própria receita intensifica as fiscalizações. O que que a gente entende aqui que se um produtor estiver com algum problema na questão da declaração com a Receita Federal. contabilizado os últimos cinco anos. Então, qualquer pendência vai ser cobrada os últimos cinco anos. Com a questão do município é daqui para frente. Então vai se cobrar o valor que é cobrado a nível federal. No caso assume e passa a ficar com 100% dessa receita. Então, se antes arrecadava 15000 BRL e 25 para o governo federal, hoje se arrecadar 15 fica 15 aqui no município de Maximiliano de Almeida. Ok então. O projeto mais algum vereador deseja se manifestar até que enfim, né? Vem uma lei que vai beneficiar o município, porque todas as outras é tudo do governo federal e vota contra pra gente, né? Ah, é uma lei boa e é um meio do governo federal auxiliar os municípios, né? Gente Porque eu não sei aonde é que nós vamos chegar. Mais algum vereador com a palavra uma perguntinha assim porque até então é auto declaratória e daí assim será que vai beneficiar ou vai prejudicar os proprietários. Tudo depende da declaração do produtor. Um exemplo. município possui um pouquinho. ITBI, que é o Imposto sobre transações. O município é fatado em áreas área B, C, D e e por aí vai indo, né? Cada área ela tem um valor. Então, por mais que você declare que a propriedade aqui no centro vale 20000 BRL, vai prevalecer a declaração que está na prefeitura, regulamentada através de legislação. para o governo federal funciona da mesma maneira. Existe a questão da terra nua, a terra, não sei o que preservação ambiental e aí cada área existe um valor. Se a declaração do produtor for contrária à declaração, um exemplo que a Receita Federal utiliza, a Receita Federal pode revisar os últimos cinco anos desse produtor e causar realmente um problema para esse produtor. vai ter que talvez tirar um valor muito exorbitante. E a Receita já informou que vai passar a auditar melhor essas pessoas. O produtor já tem a questão do bloco com a nota fiscal, que já não é mais permitido o modelo 155. Agora é só a nota fiscal, então cada vez se intensifica mais. Então, para o município continua a mesma coisa, desde que esteja. Correto. A minha preocupação é a seguinte como que vai ser avaliado se todos vão ter a mesma avaliação Se, por exemplo, ali, como eu estou descontente com certas comissões que foram formadas, por exemplo, aquela dos 30000 foram os agricultores ali também, né? Ah, teve mais mais programas ali que assim ó, não foram. totalmente esclarecidos. E o meu medo é esse também que seja mais, porque a pessoa que vai ter que fiscalizar isso vai ter que fazer um curso junto à Receita Federal para ela fazer esse trabalho no município, será que vai ter transparência também, porque já tem casos alguém que não transparência de certas comissões. Segue a legislação segue a legislação federal o vereador falar da pergunta da vereadora, claro, todo mundo fica preocupado, mas vereadora existe dentro do programa municipal. O valor de áreas, área de marca é o valor. área de vegetação é outro e a área agricultável é outra dentro desse parâmetro que vai ser cobrado, assim como é o Imposto de renda até 5000 só vai beneficiar o município, porque o município antes só vai receber 15 e outros 15 ia para o governo federal voltava, não sei se 22. governo do Estado e daí vinha algumas medalhas e está na hora do governo federal parar de explorar os municípios, porque é o que eu disse para vocês, nós vamos voltar a ser distrito de alguém, minha gente Olha o FPM de do período dele, o que era um, agora é outro é lá embaixo, minha gente. Não, aí não tem nada de legal. Eu acho que eu até peço a compreensão de todos os vereadores. Você conseguir me me entender o que eu tô explicando. que temos que votar a favorável a esse projeto de qualquer jeito, vereador quanto vereador, a questão de projetos de criar comissão não tem nada a ver com esse projeto certo. Vocês entenderam esse projeto. vai vim 100% para município. Quanto a questões de outros projetos que dependam de comissão, tem nada a ver com esse Mais algum vereador deseja se manifestar Obrigado. Não. A questão de legalidade, com certeza não, não existe legalidade, né? Mas o o que a gente tem que tomar um cuidado que teoricamente é uma coisa, a prática é outra. Então existe um eh, precisa ser ser assim 11 questão da fiscalização que dá trabalho, né? Isso é um é, não é simples assim. Então a a questão da da da da área, né? A questão que que existem as fatias, como o presidente falou, existe um vai ter que existe um

cuidado muito grande, né? Então eu vejo isso na questão da avaliação, né? Tem mata área descoberta, não é um item ou dois itens. Existem muitos itens Então Eu acho que isso aí fique bem claro, o meu voto vai ser favorável. Mas. Eu espero que isso não, não, não fique só na na rotação aqui para os vereadores. Isso cabe a todos os vereadores, né? Independente de de bancada, independente de tudo. É falando pra vocês, né? Porque isso aí queira ou não queira, tá em cheio no agricultor. Lógico, passa 100% para município, mas é uma situação que não é simples assim, né? Pra não dar uma bola de neve lá na frente pra não começar aquele tendel, como se diz, nós vamos ter que ficar em cima e que haja sim, né? 1 uma entrega grande do município, porque para município não tem. nenhuma que vai ser bom e eu concordo, mas que chega aos agricultores de uma maneira correta da melhor forma possível. E aí fica a critério de todos os vendedores, a gente não esqueça do que a gente tá votando hoje, né? Que lá na frente, qualquer tipo de reclamação, qualquer tipo de situação que seja equivocada, independente de qualquer parte que nós se comprometemos de oros, né? Estamos juntos para que essa coisa seja uma situação bem correta, né? Vocês entender o que falar bem certo, certo que ele é e até porque o prefeito é que vai se incomodar se ele quiser cobrar além daquilo, porque ele já tá ganhando 50% a mais, entendeu, né? Eu acredito que venha município ou município e também o agricultor. com a palavra vereadora mais algum vereador depois quer se manifestar só um pouquinho a primeiro, depois o Vanderlei e terceiro o vereador Sérgio e o vereador e manter a ordem aqui meu voto vai ser contrário porque não vai mudar nada, mas eu sou a favor que venha 100% do município. Só que eu estou com medo. da transparência depois, porque já teve casos assim que o povo está cobrando de nós, que falta transparência naquela fiscalização disso daquilo. Então o meu voto não vai mudar, mas eu vou votar sempre que eu vou dar explicação ao agricultor o por que eu estou votando hoje o contrário. Vou ajudar a fiscalizar só acor do recurso, mas eu estou com receio, porque a gente já tem experiência em muitas coisas. Só por isso a palavra. Eu procurei informar a respeito da da sala inteira, né? Para para a prefeitura aqui. E Hoje a avaliação da terra mecanizada tá em torno, tá sendo cobrada em torno de 30000 hectares. Se a gente deixar a Receita Federal vir fazer a avaliação, né? Que eles vão vir fazer o levantamento e não não ficar municipalizado e eles levantarem o hectares 100000 o hectares. Os últimos cinco anos, a gente vai pagar. foi declarado no município no município. Então a gente só tem a ganhar. Eu acredito por causa da declaração, porque é uma adequação que está sendo feita inclusive pela questão da Receita Federal. Observem a questão do Imposto de renda que a gente declara. Acredito que a maioria que declara o imposto de renda. a gente declara os rendimentos e os ganhos ou é restituído ou paga mais imposto. Por algum motivo, fui lá, enfiei algumas coisas que não eram e caí na malha fina. O que vai acontecer. Receita vai me multar e vai me cobrar os valores nos últimos cinco anos. Com o agricultor do Maximiliano vai funcionar da mesma maneira se a receita vier e fazer uma fiscalização. como o negro colocou o negro popularmente conhecido que a terra mecanizada custa 30 na tabela cobrada praticada, mas que o valor praticado real na região é 100 para 150, não tem choro, é cinco anos para trás, vem a guia e paga. Agora com o município é daqui pra frente. Não tem cinco anos para trás, é daqui para frente. Vai depender do produtor fazer a declaração em conformidade. Erros podem acontecer, podem acontecer. A gente sabe no Imposto de Renda, eu faço minha declaração e ninguém está livre de cometer algum erro na declaração, né? O que eu vejo é que é pra melhorar, mas que se não for, como foi colocado pelos colegas, a gente tá aí pra cobrar também vereador Sérgio. ano que vem nós nós estamos num período de de que a nossa agricultura, infelizmente, a maioria aqui tudo perdendo, tá indo com uma situação cada dia mais difícil, né? E perdendo cada dia mais agricultor. Então também essa a minha preocupação. Eu vou votar favorável porque complicité é bom, mas eu vou comprar muito e deixar aqui registrado isso que realmente seja. para o bem do agricultor, porque se o agricultor daqui a pouco tiver que começar a pagar mais e mais, aí é que se for uma vez, porque na agricultura está muito difícil. Então tranquilo, tomara que seja bomco município e bom agricultor também que o agricultor permaneça pagando o mínimo. Hoje paga muito pouco e continue o mínimo possível. não adianta você beneficiar um lado e prejudicar o outro. Claro que se o agricultor tiver que pagar e é de ele vai pagar, mas sempre buscando um bom senso para cobrar o menos possível, porque o agricultor já vem de uma situação muito crítica. Então só pra deixar registrado que realmente depois a gente vai cobrar. Se isso acontecer caso ao contrário, a gente vai estar cobrando. Obrigado. Boa tarde Senhor Presidente e os demais colegas. Ah, também a minha participação é eh é dizer para os novos colegas que a Câmara de Vereadores. Ela é um grupo, né? Ela é um grupo se se nós fizer a coisa errada, quem vai pagar é a Câmara de Vereadores não é o vereador. Ah, AV Então o que se tocar de de de eu ver uma irregularidade depois pra frente que todos nós assuma. a a consequência, né? Porque a cobrança pode vim lá no meu trabalho para mim como vereador, Mas quem paga o é a cama de vereadores. vereador que acontece alguma coisa diferente, não vai ser do lado do prefeito, né? Vai ter que prejudicar o agricultor, o prefeito, se ele mudar alguma coisa que venha prejudicar ferrado do produtor. Entendeu Não sei eu não sei se estou sendo claro, né? Mas acredito que sim, eh não tenho porque a gente não votar nesse projeto. ficam querendo os nossos colegas com o pé atrás também. A gente fica com o pé atrás, mas vejam que o prefeito, o município jamais vai prejudicar, porque daí ele vai jogar contra o povo dele. Agora pode vir alguma coisa do governo federal querer cobrar de anos atrás. uma declaração pode, mas acredito que quando ele tá jogando a responsabilidade com o município, jamais ele vai fazer isso, né? Porque senão você não outorga a responsabilidade para Pedro e tira dele amanhã não, né? só isso. Não sei se fui claro, se não, mas quero completar com isso que acredito que é um dos projetos que o município vai ganhar muito obrigado vereador Aldecir

vicepresidente com a presidente de uma palavra aqui porque eu tinha dito que eu não votaria mais nada quando viesse prejudicar alguém como esse projeto. É bom para o município. Vou votar a favor, mas espero que seja fiscalizado de uma forma justa para todos como todos os agricultores, todas as pessoas que não venha lá na frente, alguém ser prejudicado por causa disso. Espero que seja de uma forma justa, correta pra todo mundo que isso é bom, é bom sim, só bem assomar, mas que lá na frente continue assim sendo iniciado todo mundo Muito Obrigado Tá certo O projeto está em votação. Quem concordar permaneça como está quem não concordar, levante. declaro o projeto aprovado por maioria simples. Sendo esses os assuntos da convocação e não havendo mais nada a ser tratado. Declaro encerrados os trabalhos da reunião extraordinária Boa noite a todos. Se der certo, vocês são os.